



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

# PANORAMA CONJUNTURAL

Junho de 2023  
em Julho de 2023

# A indústria brasileira continua patinando

A produção industrial brasileira enfrentou desafios após a queda causada pela Covid-19, continuando a patinar desde fevereiro de 2020. A média móvel trimestral permaneceu positiva apenas entre outubro de 2020 e junho de 2021 (ver gráfico nº 1). Em maio de 2023, a produção ainda estava 2,0% abaixo do nível pré-pandemia.

Ao analisar as categorias de uso final, observou-se que o setor mais afetado foi o de bens de consumo duráveis, com uma queda de 14,6%. Em seguida, os bens semiduráveis e não duráveis também tiveram uma redução de 5,8% (ver gráfico nº 3). Em contraste, os bens de capital registraram um aumento de 11,1%, enquanto os bens intermediários cresceram 2,4% em maio de 2023 (ver gráfico nº 2). Esses setores desempenham papéis cruciais na economia: o primeiro afeta a capacidade de produção (efeito estrutural) e o segundo é impulsionado pela demanda por insumos, impactando o ritmo da indústria (efeito conjuntural).

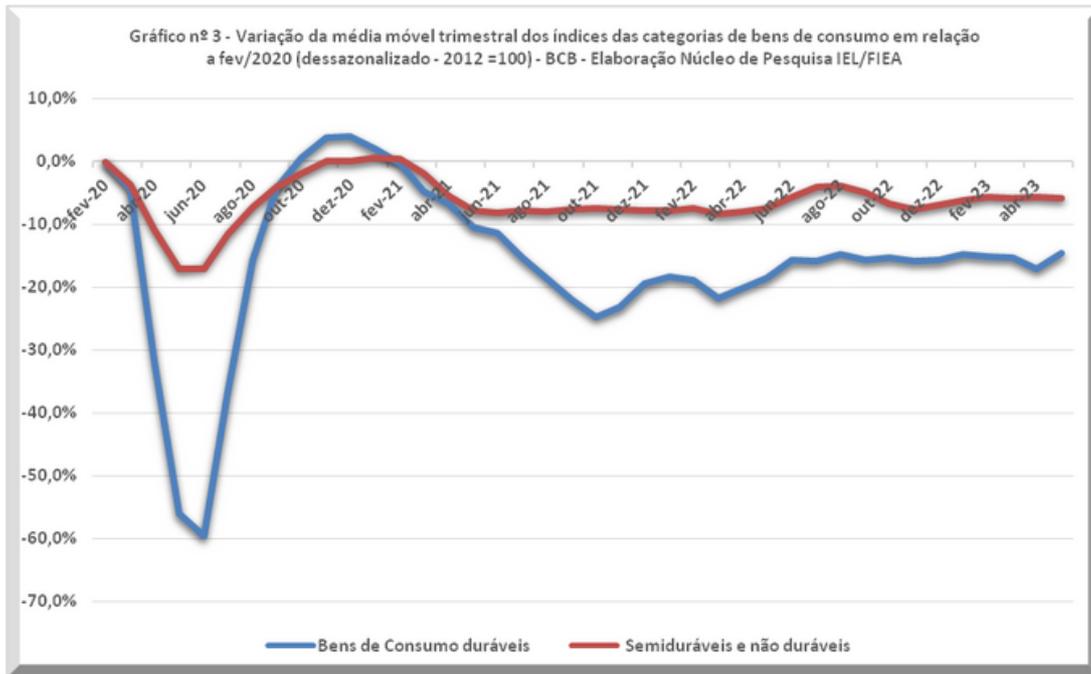
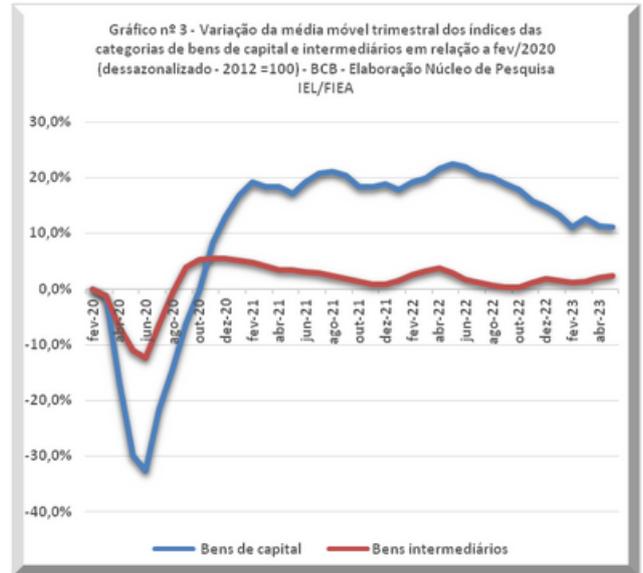
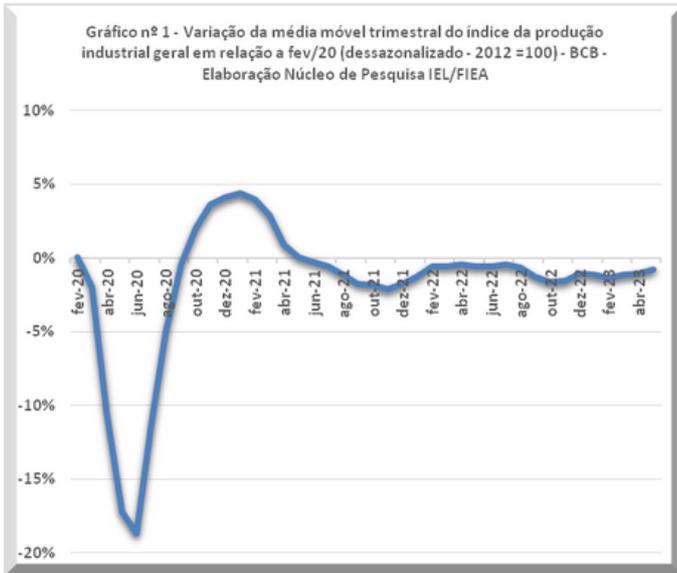
A principal razão para o desempenho insatisfatório no setor de bens de consumo, tanto duráveis como semiduráveis e não duráveis, é a forte alavancagem financeira das famílias. Para lidar com essa questão, foi lançado o programa de renegociação de dívidas "Desenrola do Governo Federal". De dezembro de 2020 a abril de 2023, o comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida junto ao Sistema Financeiro Nacional, excluindo crédito habitacional e ajuste sazonal (RNDBF), aumentou de 19,4% para 26,8%. Nesse mesmo período, a taxa média de juros anual paga pelas pessoas físicas saltou de 23,0% para 38,0%. Por outro lado, os rendimentos médios reais dos trabalhadores diminuíram 3,0% durante o mesmo período.

Quanto ao setor de bens intermediários, seu resultado foi considerado sofrível, embora estivesse acima da média móvel de fevereiro de 2020. Isso se deve tanto à fragilidade da demanda interna, na qual o consumo das famílias desempenha um papel preponderante, como aos custos financeiros das empresas. As taxas médias pagas por essas empresas subiram de 14,0% em dezembro de 2020 para 21,0% em maio de 2023. A taxa real de juros, descontando-se a inflação esperada para os próximos doze meses, utilizada como referência para o custo do financiamento em prazos mais longos, saiu de uma taxa negativa de -1,2% para 7,26% no mesmo período. O comportamento diferenciado dos investimentos tem a ver, em parte, com o desempenho excepcional da construção civil a partir de 2021, que canalizou uma parte importante da poupança forçada do período da Covid-19, especialmente quando a taxa Selic se encontrava em torno de 2,0% ao ano.

Outro aspecto relevante, já mencionado em Panoramas anteriores, diz respeito às altas taxas reais pagas por ativos financeiros de baixíssimo risco e alta liquidez, como os títulos públicos. Essa situação direciona uma parte significativa dos recursos destinados ao consumo e investimento para a esfera da especulação financeira, com efeitos positivos no emprego e na renda.

A sondagem feita pela CNI [1] com empresas em junho de 2023 registrou uma piora no desempenho industrial, com queda na produção e no emprego. No mesmo sentido, a utilização da capacidade instalada manteve-se estável em 69%, o menor percentual para meses de junho nos últimos três anos. Além disso, os estoques ficaram acima do planejado pelas empresas. No segundo trimestre de 2023, os cinco principais problemas citados pelos empresários industriais foram: demanda interna insuficiente, elevada carga tributária, taxas de juros elevadas, falta ou alto custo de trabalhadores qualificados e competição desleal. O primeiro problema depende do desenrolar do segundo e terceiro problemas. A boa notícia é que a questão fiscal está sendo equacionada com a reforma tributária e a nova configuração do arcabouço fiscal. Resta ao Banco Central fazer a sua parte.

# A indústria brasileira continua patinando



## Selic em 13,75% provoca crescimento dos juros reais

Durante o período de junho de 2022 a igual período em 2023, a taxa do IPCA (acumulada nos últimos 12 meses) caiu de 11,9% para 3,2% (gráfico 4), enquanto a taxa básica de juros (Selic) permaneceu em 13,75%. Essa queda acentuada da inflação teve uma consequência significativa: a taxa básica de juros real do mercado financeiro registrou um aumento expressivo acima da inflação. Considerando tanto a inflação acumulada nos últimos doze meses quanto as expectativas de inflação projetadas pela mediana do mercado financeiro para os próximos doze meses, a taxa de juros real da Selic aumentou consideravelmente. No primeiro caso, passou de 4,4% ao ano para 10,3% ao ano, e no segundo caso, de 8,7% ao ano para 9,1% ao ano (gráfico 5), sendo essa última variação menos pronunciada, pois os agentes econômicos começaram a ajustar suas expectativas de inflação no período.

No entanto, a demora do Banco Central em iniciar o ciclo de redução da taxa básica de juros, apesar da queda da inflação, pode acarretar diversos efeitos negativos sobre a economia, especialmente em um contexto de tendência de queda da inflação.

Ao procrastinar o ciclo de queda da Selic, a demanda da economia enfraquece, os custos financeiros das famílias e empresas aumentam, e a dívida pública é impulsionada ao pagar juros estratosféricos. O resultado do IBC-br com queda na margem de -2,0% em maio frente a abril não é um bom augúrio e coloca um sinal de alerta para os gestores da política macroeconômica. As consequências sobre famílias e empresas foram mencionadas acima e são intuitivas: quem tem dívida transferirá uma parcela maior de sua renda para o setor financeiro, enquanto quem tem poupança tenderá a aplicar em títulos públicos. Gastando menos, famílias e empresas geram menos impostos, o que obriga o governo a se endividar mais para pagar a bola de neve dos juros, criando o famoso círculo vicioso da estagnação econômica.

O Banco Central do Brasil (BCB) argumenta que a resiliência à baixa da Selic se deve à desancoragem das expectativas de inflação a longo prazo. Salienta que, apesar da tramitação do arcabouço fiscal reduzir a incerteza em relação ao risco fiscal, ainda existem desafios para atingir as metas de resultado primário. Argumenta ainda que não há uma relação direta entre a convergência da inflação e a aprovação do arcabouço fiscal, pois a trajetória da inflação depende das expectativas inflacionárias e das condições financeiras. Entretanto, o próprio BCB coloca como fator de risco de alta da inflação a incerteza sobre o arcabouço fiscal, mantendo a velha narrativa.

A postura mais conservadora adotada pelo Banco Central do Brasil (BCB) tem gerado preocupações sobre os efeitos negativos no setor real da economia, especialmente em um contexto de alta alavancagem financeira. Esse cenário levou o mercado financeiro a temer as consequências da fragilização financeira das famílias e empresas sobre seus ativos. De acordo com a pesquisa FOCUS, a mediana das expectativas aponta para uma taxa de juros de 12,00% no final do ano. Essa perspectiva indica a possibilidade de um ciclo de redução dos juros em ritmo mais forte, provavelmente iniciado na reunião de agosto pelo BCB, com um corte de 25 pontos-base. Uma parte mais ousada do mercado começa a apostar em um corte de 50 pontos-base na largada. Adicionalmente, prevê-se mais três cortes de 50 pontos-base até dezembro, porém, a taxa de juros só deve atingir um patamar abaixo de dois dígitos, especificamente 9,75% ao ano, em meados de 2024. O problema é que Selic a 12% com expectativa de inflação de 4,9% no final do ano significa taxa real de juros de quase 7,0% ao ano, o que é proibitivo do ponto de vista do setor real da economia. O ideal seria que o BCB baixasse a Selic na mesma velocidade com que aumentou no último ciclo de alta.

# Selic em 13,75% provoca crescimento dos juros reais

Gráfico nº 4 - IPCA (acumulado 12 meses) - jun/21 a jun/23 - IBGE - Elaboração Núcleo de Pesquisa IEL/FIEA

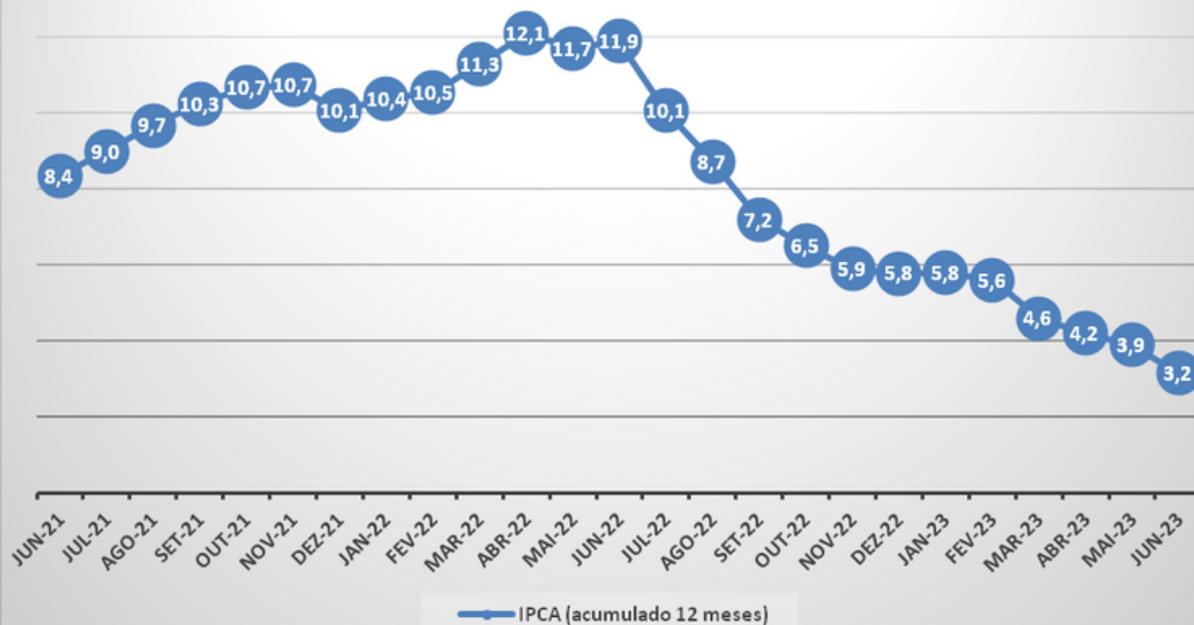
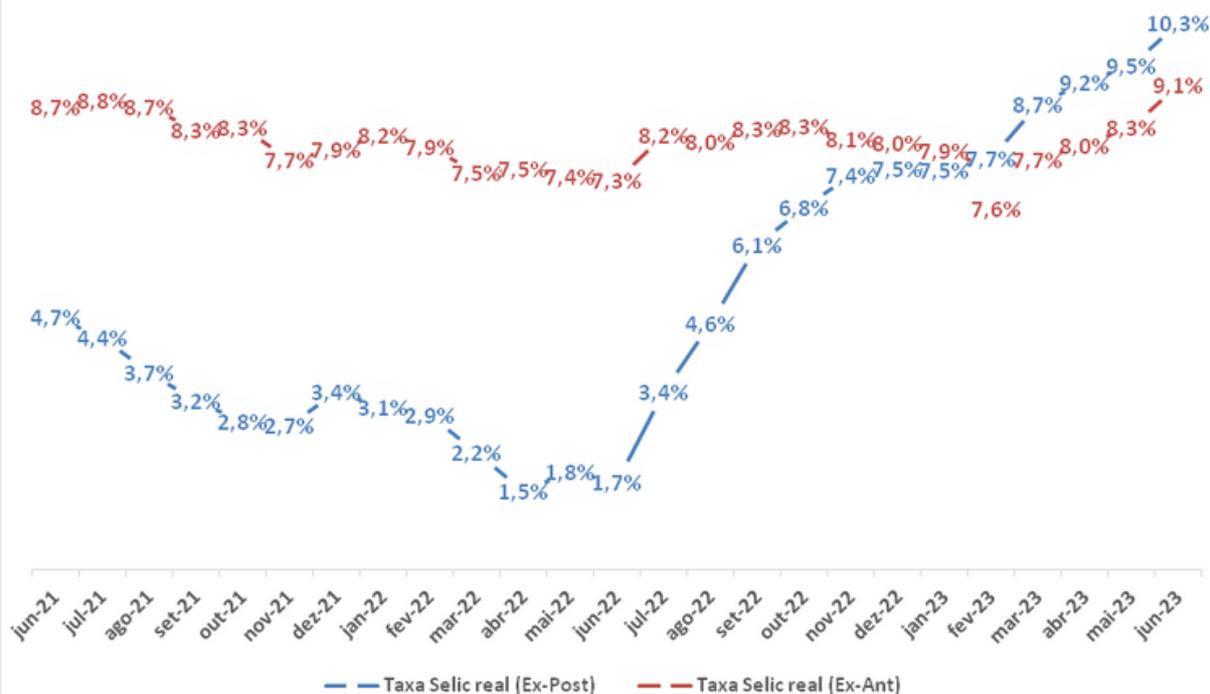


GRÁFICO N º 5 - TAXAS DE JUROS REAL SELIC - BCB - ELABORAÇÃO NÚCLEO DE PESQUISA IEL/FIEA



## A produção industrial brasileira em maio de 2023

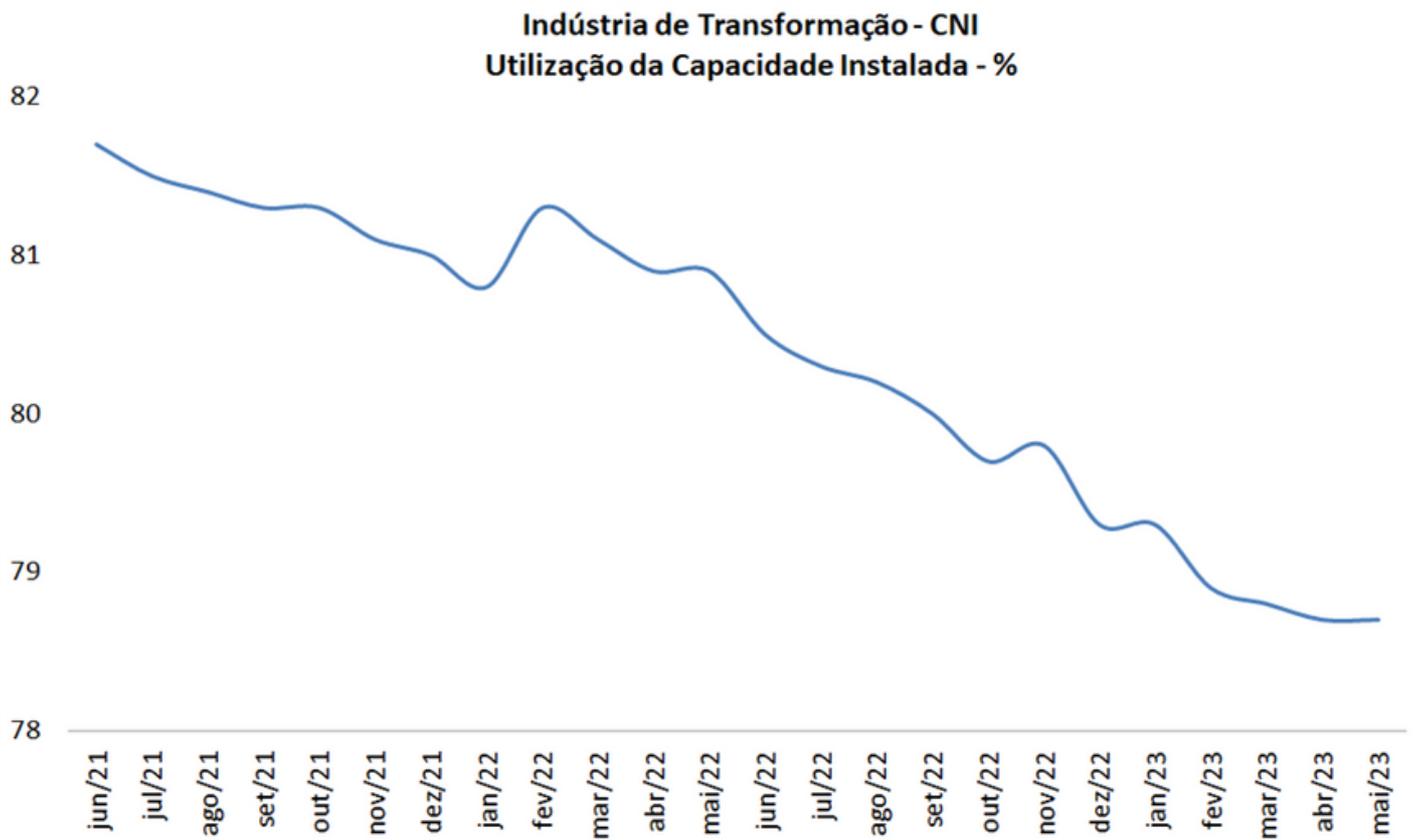
Em maio de 2023, a indústria brasileira registrou um crescimento de 0,3% na produção, com ajuste sazonal. Em comparação com o mesmo mês em 2022, a produção industrial aumentou 1,9%, revertendo parcialmente a retração de -2,7% observada em abril (na mesma métrica). De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)[1], a indústria não está mais em um quadro de explícita deterioração, como ocorreu em 2014-2016 e durante a pandemia, mas ainda não engrenou um processo de crescimento. Sua trajetória tem sido hesitante, com mais recuos do que avanços.

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,3	1,9	-0,4	0,0
Bens de capital	4,2	-11,6	-9,6	-5,0
Bens Intermediários	0,1	3,1	-1,0	-0,8
Bens de consumo	-0,8	2,2	2,9	2,7
Bens de consumo duráveis	9,8	11,1	7,8	6,4
Semiduráveis e não duráveis	-1,1	0,9	2,2	2,0
Extrativa Mineral	1,2	12,0	4,7	-0,1
Transformação	-0,1	0,3	-1,2	-0,1

Ainda segundo o IEDI, os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação ficou estável entre abril de 2023 e maio de 2023, em 78,7%. Com isso, a capacidade utilizada na indústria ficou 2,0 pontos percentuais acima do indicador pré-pandemia (fevereiro de 2020: 76,7%), porém, 1,8 p.p. abaixo da média histórica (80,5%).

[1] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

## A produção industrial brasileira em maio de 2023



Fonte: CNI

# Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2022							2023					
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
IGP-DI	0,62	-0,38	-0,55	-1,22	-0,62	-0,18	0,31	0,06	0,04	-0,34	-1,01	-2,33	-1,45
INCC-DI	2,14	0,86	0,09	0,09	0,12	0,36	0,09	0,46	0,05	0,30	0,14	0,59	0,71
IGP-M	0,59	0,21	-0,70	-0,95	-0,97	-0,56	0,45	0,21	-0,06	0,05	-0,95	-1,84	-1,93
IPC-M	0,71	-0,28	-1,18	-0,08	0,50	0,64	0,44	0,61	0,38	0,66	0,46	0,48	-0,25
IPA-M	0,30	0,21	-0,71	-1,27	-1,44	-0,94	0,47	0,10	0,20	-0,12	-1,45	-2,72	-2,73
INCC-M	2,81	1,16	0,33	0,10	0,04	0,14	0,27	0,32	0,21	0,18	0,23	0,40	0,85
IPC-FIPE	0,28	0,16	0,12	0,12	0,45	0,47	0,54	0,63	0,43	0,39	0,43	0,20	-0,03
INPC	0,62	-0,60	-0,31	-0,32	0,47	0,38	0,69	0,46	0,77	0,64	0,53	0,36	-0,10
IPCA	0,67	-0,68	-0,36	-0,29	0,59	0,41	0,62	0,53	0,84	0,71	0,61	0,23	-0,08

Fonte: Ipeadata e Bacen.

	Indicadores de Confiança I			Indicadores de Confiança II	
	Indicadores do Cenário Externo			Meses	Risco Brasil
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$		
jun/22	3,02	104,46	1 817,88	jun/22	334
jul/22	2,66	97,72	1 735,94	jul/22	348
ago/22	3,20	90,88	1 677,89	ago/22	295
set/22	3,83	91,36	1 660,04	set/22	275
out/22	3,76	90,99	1 628,92	out/22	270
nov/22	3,61	84,91	1 767,74	nov/22	266
dez/22	3,51	85,40	1 888,79	dez/22	259
jan/23	3,94	82,14	1 932,07	jan/23	257
fev/23	3,51	79,52	1 813,88	fev/23	250
mar/23	3,49	78,01	1 993,08	mar/23	260
abr/23	3,85	76,55	1 979,67	abr/23	257
mai/23	3,83	76,10	1 956,51	mai/23	253
jun/23	3,91	82,52	1 905,20	jun/23	233

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/ (FED)

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
jun/22	5,24	13,78	5,87	7,47	11,89	13,15	1,13
jul/22	5,19	13,72	4,80	8,51	10,07	13,15	2,80
ago/22	5,18	13,44	5,17	7,86	8,73	13,65	4,52
set/22	5,41	13,21	5,11	7,71	7,17	13,65	6,05
out/22	5,26	13,15	5,16	7,60	6,47	13,65	6,74
nov/22	5,29	13,94	5,30	8,21	5,90	13,65	7,32
dez/22	5,22	13,43	5,29	7,73	5,79	13,65	7,43
jan/23	5,10	13,47	5,76	7,29	5,77	13,65	7,45
fev/23	5,21	13,28	5,80	7,07	5,60	13,65	7,62
mar/23	5,08	12,90	5,55	6,96	4,65	13,65	8,60
abr/23	5,00	12,87	5,32	7,17	4,18	13,65	9,09
mai/23	5,10	12,45	4,70	7,40	3,94	13,65	9,34
jun/23	4,82	11,72	3,94	7,49	3,16	13,75	10,27

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

## INDICADORES DE DESEMPENHO

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE  
ALAGOAS – FIEA

### Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

### 1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

## UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

### Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

### Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

### COORDENADORA

Eliana Sá

### Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

### Consultora GI

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Pereira Ferro

### Estagiários

Raquel Maria Cezario

Bruno Melo Vasconcelos

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato  
(82) 2121-3085  
(Eliana Sá)

Junho de 2023  
em Julho de 2023